

TCU confirma obra irregular em Minas

Sidney Martins repórter

Conforme orientação do Tribunal de Contas, 23,1% das obras com problemas devem ser suspensas imediatamente. As demais poderão prosseguir, desde que seus responsáveis corrijam os desvios verificados pelos auditores. A partir de 1997, o TCU executa esse trabalho, já tendo fiscalizado 1.713 obras no referido período. Entretanto, a identificação este ano de irregularidades em uma de cada grupo de cinco obras em curso, em todos os Estados, compromete cerca de R\$ 3 bilhões do total de R\$ 14 bilhões previstos no Orçamento. Os órgãos públicos recordistas na prática de infrações, segundo o TCU, são o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs), Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), Fundo Penitenciário Nacional, Companhia Brasileira de Trens Urbanos, Centrais Elétricas do Norte do Brasil, Ministério do Esporte e Turismo, Ministério de Educação e Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano.

O Dnit é o líder da relação com 66 obras contendo irregularidades. Para evitar o mal barateamento do dinheiro público, o Governo ainda não dispõe de mecanismos adequados, pois o sistema de controle é falho, reconhece o subprocurador-geral da República, José Roberto Santoro, responsável por grande das investigações feitas, por não termos um aparelho de Estado adequado para prevenir tais ocorrências delituosas. As fraudes existem em todo o País, sendo mais frequentes no Norte e Nordeste, nas áreas de saúde, transportes, previdência social, evasão de divisas e financiamentos públicos. As prefeituras têm uma presença marcante nesses fatos. Se o atual conseguisse recuperar os recursos cuja grande maioria foi desviada em administrações anteriores, se capitalizaria bastante.

Na atual gestão, a prática persiste em muito menor escala, mas, mesmo, assim, se o dinheiro público malversado fosse readquirido, seria suficiente para a construção de 210 mil casas populares ou sustentar quase 40 milhões de crianças nas salas de aula. A dimensão do problema, portanto, exige cada vez mais fiscalização e rigor das autoridades, inspirando-se sempre na frase do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, de que “o governo do PT não rouba nem deixa roubar”.

Folha de Pernambuco – 3/11

O Tribunal de Contas da União (TCU) confirmou, em auditoria, a existência de uma série de irregularidades nas obras de construção da barragem Congonhas, no Norte de Minas. Entre as falhas, a contratação de serviços com base em projeto elaborado sem licença ambiental e a não publicação da errata do edital. Além disso, não houve igualdade na seleção das empresas que não atingiram os objetivos do edital e não foi considerada uma proposta de R\$ 50 milhões de economia na obra, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), ligado ao Ministério da Integração Nacional.

A barragem Congonhas é uma das três obras federais em Minas vetadas pelo TCU por apresentarem indícios de irregularidades graves, junto com outras 85 em todo o país. Elas foram denunciadas no final de setembro pelo presidente do TCU, Valmir Campelo, ao presidente do Senado, José Sarney (PMDBAP), com a orientação para as obras não serem incluídas novamente no orçamento de 2004. Além da barragem, cujas irregularidades foram agora confirmadas, o TCU analisa dois outros casos em Minas: um envolvendo a exploração comercial do segundo piso da estação Vilarinho do Metrô de Belo Horizonte, e outro uma divergência sobre a quantidade de serviços executados na duplicação da BR-265, de acesso a Lavras, no Sul de Minas.

No caso da barragem Congonhas, que beneficiará 350 mil pessoas com geração de energia elétrica, abastecimento de água e irrigação, as obras ainda não foram iniciadas e os contratos firmados estão todos suspensos. Os acordos se referem a serviços para obtenção do certificado de avaliação da sustentabilidade da barragem, junto à Agência Nacional de Águas, elaboração dos estudos de impacto ambiental e elaboração de projeto executivo, supervisão e controle tecnológico dos serviços.

Um ponto de destaque no processo foi a possibilidade de redução dos custos da obra em 25%. A questão foi levantada pelo Consórcio Engesoft/CEC/Magna, que apresentou recurso administrativo contra o julgamento das propostas apresentadas para a elaboração do projeto executivo, supervisão e controle tecnológico dos serviços. Conforme o consórcio, os custos da barragem podem diminuir de R\$ 200 milhões para R\$ 150 milhões, se a cota de sangria do reservatório for reduzida para 80, ao invés da cota de 85 prevista no projeto.

O TCU convocou para explicações o ex-presidente do Dnocs José Francisco dos Santos Rufino e o chefe da Divisão de Licitação do órgão, José Aurélio Lucena Rodrigues. O sistema Congonhas permite a transposição de 60 milhões de metros cúbicos de água para a bacia do Rio Verde Grande, suprindo o abastecimento de Montes Claros e alimentando o rio com cerca de 50% do volume transposto, beneficiando ainda Juramento, Cristália, Botumirim, Francisco Sá, Itacambira e Grão Mogol.

Hoje em Dia – 1/11

Governo paga por canal que erosão destrói

Responsável pela promoção do desenvolvimento de regiões mais pobres, o Ministério da Integração Nacional é um dos campeões em obras inacabadas, especialmente sistemas de irrigação e abastecimento de água em regiões castigadas pela seca. Ao tomar posse, em janeiro de 2003, o ministro Ciro Gomes descobriu 226 obras paralisadas, desde o governo Fernando Henrique, num universo de 6 mil convênios celebrados entre o ministério, prefeituras e governos estaduais. “Determinei que nenhuma obra nova será iniciada no ministério enquanto não forem concluídas as que estão em execução”, afirmou Ciro Gomes.

O Ministério da Integração Nacional e seus órgãos vinculados, como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), há anos se destacam também na lista de obras irregulares elaborada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O ministro reconhece o problema e diz ter mandado excluir da lista de prioridades todas as obras que estão com problemas no TCU.

Iniciada há dez anos, a irrigação da Serra da Batateira, no município de Sobradinho (BA), é um exemplo clássico de obra enrolada. Já consumiu

R\$ 19,3 milhões, em moeda de 2002, precisa de mais R\$ 55 milhões para cumprir seus objetivos e coleciona irregularidades, a começar pela utilização de R\$ 300 mil para pagamento da folha de salários do funcionalismo municipal, em 1995, por ordem do então prefeito, Guilherme Tomás de Araújo. Depois que o TCU descobriu a irregularidade, a prefeitura devolveu os recursos.

De acordo com assessores do ministério, persistem pendências no TCU em relação à obra. Por isso, Serra da Batateira não consta da lista de prioridades de investimentos para 2004. De acordo com o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 do governo federal, o próximo desembolso para o projeto, no valor de R\$ 100 mil, se dará em 2005. Há previsão de mais R\$ 1,1 milhão, em 2006, e R\$ 2,1 milhões, em 2007, o que lança para um futuro remoto a conclusão da obra.

IMPROVISO

Atualmente, só sete dos 18 quilômetros projetados do canal estão construídos. Parte está sem revestimento, exposta à erosão. Tampouco há rede de distribuição para as áreas de lavoura. Os sítios mais remediados fazem, por conta própria, irrigação improvisada das propriedades. Cada um mantém pequena bomba na beira do canal.

José Eduardo da Silva, de 43 anos, e três parceiros são vítimas da incerteza e improvisação que dominam o projeto de irrigação da Serra da Batateira. Eles são remanescentes de um grupo de 13 agricultores que, em 2000, arrendaram, por nove anos, um terreno de 80 hectares para produzir tomate. “O resto desistiu, quando percebeu que não tínhamos garantia de água para a plantação”, contou José Eduardo.

Na semana passada, o agricultor tentava, sem sucesso, levar água do canal para a lavoura. Usava um sistema rudimentar, conhecido como sifão. Trata-se de um cano de PVC tampado nas extremidades, cheio de água. Quando mergulhado no canal e destampado, produz vácuo, que empurra a água para fora.

Segundo José Eduardo, por ordem da prefeitura, o fluxo de água da barragem para o canal havia sido reduzido; por isso, o sifão não estava funcionando. “Conseguimos parceria com uma indústria de polpa de tomate, mas, do jeito que está, não dá para levar o negócio à frente”, reclama o agricultor.

Diário de Natal – 3/11